



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 14ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

Aos 24 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001863-96.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Sonia Maria Pozzer, pela Diretora de Secretaria Clarissa Martins Soares e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 16.04.1979

Data da última correição realizada: 14.05.2015

Data da Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 24.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

| Juiz (a) | Situação | Período |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Daniel Souza de Nonohay | Juiz Titular | Desde 30.06.2014 |
| Sonia Maria Pozzer | Juíza Substituta | Desde 09.03.2011 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 14ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto, ocupada pela Juíza Substituta Sonia Maria Pozzer.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | Juiz (a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|--------------------|--|--------------------|--|---------------------------|
| 1 | Daniel Souza de Nonohay | Desde 30.06.2014 | Juiz Titular | 1 ano, 10 meses e 25 dias |
| 2 | Sonia Maria Pozzer | Desde 09.03.2011 | Juíza Substituta Lotada | 5 anos, 2 meses e 16 dias |
| | | 07.01 a 13.05.2015 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 4 meses e 7 dias |
| | | 14.05 a 14.06.2015 | Atuou em razão de férias do Juiz Titular | 1 mês |
| | | 15.07 a 16.08.2015 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 1 mês e 2 dias |
| | | 16.09 a 18.10.2015 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 1 mês e 3 dias |
| | | 19.10 a 17.11.2015 | Atuou em razão de férias do Juiz Titular | 29 dias |
| | | 18.11 a 19.12.2015 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 1 mês e 2 dias |
| | | 07.01 a 11.01.2015 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 5 dias |
| | | 25.01 a 26.04.2016 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 3 meses e 2 dias |
| | | 02.05 a 15.05.2016 | Atuou como Juíza Substituta Lotada | 14 dias |
| 16.05 a 14.06.2016 | Atuou em razão de férias do Juiz Titular | 29 dias | | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

| | Juiz (a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|---------|-------------------------|---|---------------------|---------|
| Titular | Daniel Souza de Nonohay | Afastamento conforme PA 0000183-13.2015.5.04.0000 | 19.01 a 21.01.2015 | 03 dias |
| | | Férias | 14.05 a 14.06.2015 | 32 dias |
| | | Afastamento conforme PA 0004863-41.2015.5.04.0000 | 19.08 a 23.08.2015 | 05 dias |
| | | Férias | 19.10 a 17.11.2015 | 28 dias |
| | | Férias | 16.05 a 14.06.2016 | 30 dias |
| | Sonia Maria Pozzer | Férias | 15.06 a 14.07.2015 | 30 dias |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|-------------------|---|--------------------|---------|
| Substituta Lotada | Férias | 17.08 a 15.09.2015 | 30 dias |
| | Licença para tratamento de saúde (LTS) | 12.01 a 24.01.2016 | 13 dias |
| | Afastamento conforme PA 0000799-51.2016.5.04.0000 | 27.04 a 01.05.2016 | 05 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

| | Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|---|------------------------------------|---|---|---|
| 1 | Clarissa Martins Soares | Analista Judiciário – Área Judiciária | Diretor de Secretaria (CJ3) | 24.06.1987 |
| 2 | Filipo Anuschek | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Juiz Titular (FC05) | 09.07.2014 |
| - | Denise Canto De Carvalho | Analista Judiciário – Área Judiciária | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 07.01.2008 |
| 3 | Daniella Antanavicius Fernandes So | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 22.06.2010 |
| 4 | Luzia Ribeiro Marques | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 28.04.2016 |
| 5 | Thuanny Fallavena Machado | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 17.03.2014 |
| 6 | Alexandre Maciel Freitas | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 07.01.2004 |
| 7 | Maria de Fatima Alves | Analista Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 11.06.2013 |
| 8 | Alcione Ottonelli Pithan | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 23.04.1990 |
| 9 | Carlos Alexsandro Silva da Costa | Técnico Judiciário – | - | 25.10.2013 |



| | | Área Administrativa | | |
|----|---------------------------|---|---|------------|
| 10 | Claudia Golbspan Zamel | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 11.02.2011 |
| 11 | Edson Luiz Pereira Vallim | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 24.09.2012 |
| 12 | Flavio Marx | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 02.10.2009 |
| 13 | Mario Carbonell Neto | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 30.06.2004 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|---|----------------------------------|---|
| 1.613,33 processos | 1.501 a 2.000 | 13 servidores | 13 a 14 servidores |

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|-------------------------|----------------------------|------------------------|---------|
| Clarissa Martins Soares | Curso ou Evento (CURS) | 04 | 13 dias |
| | Curso Parcial | 01 | |
| | Licença para Tratamento de | 08 | |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | Saúde (LTS) | | |
|---|--|----|----------|
| Filipo Anuschek | - | - | - |
| Denise Canto de Carvalho | - | - | - |
| Daniella Antanavicius Fernandes So | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 02 | 02 dias |
| Luzia Ribeiro Marques Desde 28.04.2016* | - | - | - |
| Thuanny Fallavena Machado | - | - | - |
| Alexandre Maciel Freitas | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 02 | 02 dias |
| Maria de Fatima Alves | Curso ou Evento (CURS) | 01 | 12 dias |
| | Curso Parcial | 04 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 07 | |
| Alcione Ottonelli Pithan | Doença em Pessoa da Família (LPF) | 01 | 02 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 01 | |
| Carlos Alexsandro Silva da Costa | Curso ou Evento (CURS) | 01 | 01 dia |
| Claudia Golbspan Zamel | Licença Gestante (LG) | 62 | 149 dias |
| | Licença Gestante prorrogação (LG) | 60 | |
| | Doença em Pessoa da Família (LPF) | 12 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 15 | |
| Edson Luiz Pereira Vallim | Curso ou Evento (CURS) | 02 | 10 dias |
| | Falecimento pessoa da família | 08 | |
| Flavio Marx | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 12 | 12 dias |
| Mario Carbonell Neto | Curso ou Evento (CURS) | 01 | 09 dias |
| | Falecimento pessoa da família | 08 | |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

| Servidor (a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência | Motivo da Saída |
|--------------|-----------------|---------------|----------------------|-----------------|
|--------------|-----------------|---------------|----------------------|-----------------|



| na Unidade Judiciária | | | | | |
|-----------------------|--------------------------|------------|------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| 1 | Marcia Martins Carbonell | 12.09.2013 | 21.02.2015 | 1 ano, 5 meses e 10 dias | Falecimento |
| 2 | Silvia Volkweis | 15.06.2011 | 27.04.2016 | 04 anos, 10 meses e 13 dias | Lotação na 16ª VT de Porto Alegre |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016)

*

2.2.5 Estagiários

| | Estagiário (a) | Curso em Andamento | Período |
|---|----------------------------|--------------------|-------------------------|
| 1 | Josiane Gonçalves da Silva | Direito | 01.07.2014 a 30.06.2016 |
| 2 | Amanda dos Santos Minossi | Direito | 19.08.2014 a 18.08.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

| | Juiz (a) | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|------------|-------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Titular | Daniel Souza de Nonohay | - | - | 9,5 | 9,5 |
| Substituta | Sonia Maria Pozzer | - | - | 1,5 | 1,5 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

| Servidor(a) | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|------------------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Clarissa Martins Soares | - | - | 16 | 16 |
| Filipo Anuschek | 20 | - | 23 | 43 |
| Denise Canto De Carvalho | - | - | - | - |
| Daniella Antanavicius Fernandes So | - | - | 50 | 50 |
| Luzia Ribeiro Marques | - | - | 40 | 40 |
| Thuanny Fallavena Machado | - | - | 4 | 4 |
| Alexandre Maciel Freitas | - | - | - | - |



| | | | | |
|----------------------------------|---|---|-----|------------|
| Maria de Fatima Alves | - | - | 125 | 125 |
| Alcione Ottonelli Pithan | - | - | - | - |
| Carlos Alexsandro Silva da Costa | - | - | 80 | 80 |
| Claudia Golbspan Zamel | - | - | - | - |
| Edson Luiz Pereira Vallim | - | - | 22 | 22 |
| Flavio Marx | - | - | - | - |
| Mario Carbonell Neto | - | - | 14 | 14 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

| Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano | 2013 | 2014 | 2015 | Média |
|--|-------|-------|-------|----------|
| Canoas - 05a Vara | 1.413 | 1.512 | 1.598 | 1.507,67 |
| Caxias do Sul - 01a Vara | 1.623 | 1.864 | 2.108 | 1.865,00 |
| Caxias do Sul - 02a Vara | 1.604 | 1.870 | 2.023 | 1.832,33 |
| Caxias do Sul - 03a Vara | 1.627 | 1.883 | 2.077 | 1.862,33 |
| Caxias do Sul - 04a Vara | 1.582 | 1.861 | 2.059 | 1.834,00 |
| Caxias do Sul - 05a Vara | 1.611 | 1.846 | 2.063 | 1.840,00 |
| Guaíba - 01a Vara | 2.407 | 1.414 | 1.918 | 1.913,00 |
| Porto Alegre - 01a Vara | 1.514 | 1.627 | 1.710 | 1.617,00 |
| Porto Alegre - 02a Vara | 1.503 | 1.611 | 1.713 | 1.609,00 |
| Porto Alegre - 03a Vara | 1.512 | 1.595 | 1.727 | 1.611,33 |
| Porto Alegre - 04a Vara | 1.533 | 1.558 | 1.782 | 1.624,33 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| Porto Alegre - 05a Vara | 1.511 | 1.618 | 1.715 | 1.614,67 |
| Porto Alegre - 06a Vara | 1.495 | 1.602 | 1.744 | 1.613,67 |
| Porto Alegre - 07a Vara | 1.515 | 1.567 | 1.732 | 1.604,67 |
| Porto Alegre - 08a Vara | 1.518 | 1.574 | 1.684 | 1.592,00 |
| Porto Alegre - 09a Vara | 1.531 | 1.589 | 1.761 | 1.627,00 |
| Porto Alegre - 10a Vara | 1.511 | 1.625 | 1.714 | 1.616,67 |
| Porto Alegre - 11a Vara | 1.520 | 1.688 | 1.776 | 1.661,33 |
| Porto Alegre - 12a Vara | 1.518 | 1.594 | 1.726 | 1.612,67 |
| Porto Alegre - 13a Vara | 1.523 | 1.597 | 1.679 | 1.599,67 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 1.528 | 1.584 | 1.728 | 1.613,33 |
| Porto Alegre - 15a Vara | 1.499 | 1.643 | 1.779 | 1.640,33 |
| Porto Alegre - 16a Vara | 1.541 | 1.635 | 1.791 | 1.655,67 |
| Porto Alegre - 17a Vara | 1.532 | 1.597 | 1.715 | 1.614,67 |
| Porto Alegre - 19a Vara | 1.508 | 1.598 | 1.704 | 1.603,33 |
| Porto Alegre - 20a Vara | 1.534 | 1.592 | 1.710 | 1.612,00 |
| Porto Alegre - 21a Vara | 1.494 | 1.658 | 1.691 | 1.614,33 |
| Porto Alegre - 22a Vara | 1.505 | 1.568 | 1.727 | 1.600,00 |
| Porto Alegre - 23a Vara | 1.519 | 1.666 | 1.779 | 1.654,67 |
| Porto Alegre - 24a Vara | 1.527 | 1.599 | 1.702 | 1.609,33 |
| Porto Alegre - 25a Vara | 1.511 | 1.612 | 1.759 | 1.627,33 |
| Porto Alegre - 26a Vara | 1.522 | 1.592 | 1.784 | 1.632,67 |
| Porto Alegre - 27a Vara | 1.500 | 1.593 | 1.763 | 1.618,67 |
| Porto Alegre - 28a Vara | 1.516 | 1.586 | 1.711 | 1.604,33 |
| Porto Alegre - 29a Vara | 1.509 | 1.705 | 1.745 | 1.653,00 |
| São Leopoldo - 01a Vara | 1.573 | 1.935 | 1.970 | 1.826,00 |
| São Leopoldo - 02a Vara | 1.561 | 1.935 | 1.978 | 1.824,67 |
| São Leopoldo - 03a Vara | 1.571 | 1.959 | 1.956 | 1.828,67 |
| São Leopoldo - 04a Vara | 1.538 | 1.984 | 1.969 | 1.830,33 |
| Torres - 01a Vara | 1.534 | 1.752 | 1.659 | 1.648,33 |
| Viamão - 01a Vara | 1.483 | 1.577 | 1.837 | 1.632,33 |
| Unidades com 1.501 a 2.000 processos por ano | 63.576 | 68.465 | 73.766 | 1.673,23 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| Situação | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março) | Variação 2015-2016 |
|--|--------------|--------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 2.243 | 2.388 | 6,46% | 2.455 | 2,81% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 240 | 286 | 19,17% | 286 | 0,00% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.669 | 1.585 | -5,03% | 1.601 | 1,01% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 58 | 74 | 27,59% | 52 | -29,73% |
| Total | 4.210 | 4.333 | 2,92% | 4.394 | 1,41% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

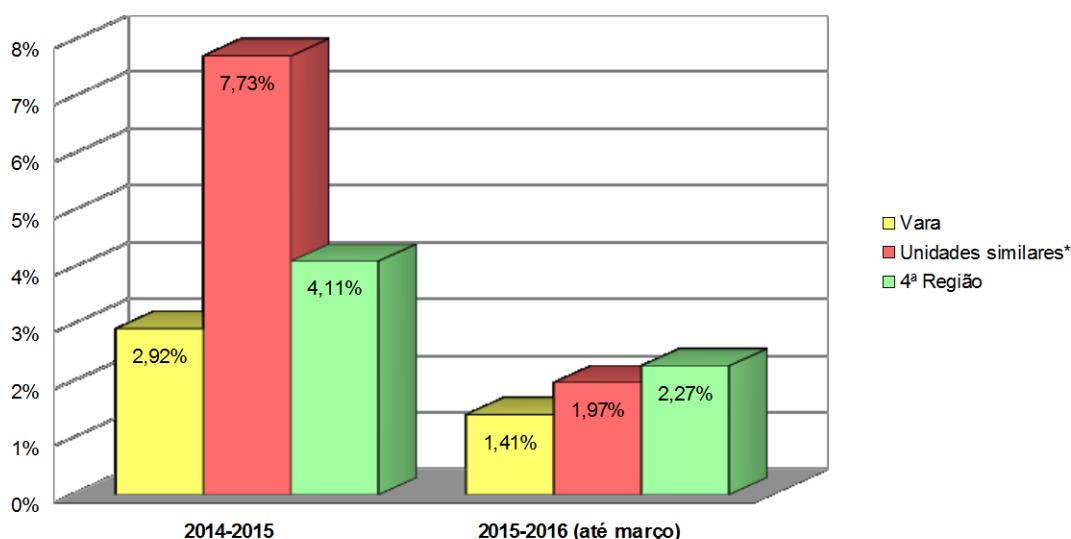
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 2,92% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 145 processos).

A variação no acervo de processos na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi inferior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. No primeiro trimestre de 2016, o estoque de processos apresentou redução da taxa de elevação, registrando um acréscimo de 1,41% no período, índice abaixo da média regional, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até março) | Varição 2015-2016 |
|--|------------|--------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Casos novos | 1.584 | 1.728 | 9,09% | 420 | -75,69% |
| Sentença Anulada/Reformada | 13 | 1 | -92,31% | 0 | -100,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) | 1.385 | 1.628 | 17,55% | 371 | -77,21% |
| Processos pendentes de solução | 955 | 1.090 | 14,14% | 1.139 | 4,50% |

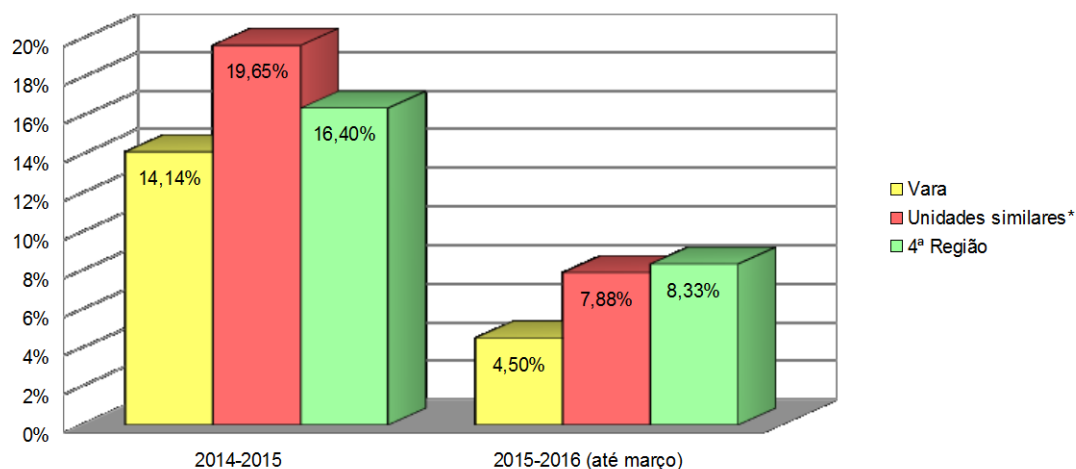
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 14,14% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 955 para 1.090 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. Muito embora tenha havido um aumento considerável no número de processos solucionados (17,55%), o acréscimo no estoque se deve ao aumento de 9,09% no número de casos novos em comparação com os dados do ano de 2014.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve uma redução de 80,77% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar das especificações constantes do quadro abaixo:

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|--|------------|--------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 328 | 331 | 0,91% | 369 | 11,48% |
| Aguardando encerramento da instrução | 509 | 679 | 33,40% | 672 | -1,03% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 66 | 70 | 6,06% | 85 | 21,43% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 52 | 10 | -80,77% | 13 | 30,00% |
| TOTAL | 955 | 1.090 | 14,14% | 1.139 | 4,50% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

| Processos solucionados em relação aos distribuídos | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 87,44% | 94,21% | 7,75% | 88,33% | -6,24% |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|---------------------|--------|--------|-------|--------|---------|
| Unidades similares* | 84,08% | 87,00% | 3,47% | 77,01% | -11,49% |
| TRT4 - 1ª Instância | 85,97% | 89,11% | 3,66% | 75,96% | -14,76% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 94,21% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma elevação de 7,75% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 7,21 pontos percentuais, bem como 5,10 pontos percentuais acima da média geral do TRT da 4ª Região.

| Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 58,96% | 60,68% | 2,91% | 24,57% | -59,51% |
| Unidades similares* | 53,68% | 53,42% | -0,49% | 19,57% | -63,36% |
| TRT4 - 1ª Instância | 55,85% | 55,20% | -1,16% | 20,26% | -63,30% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 60,68% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 2,91% superior ao verificado no ano anterior. Tal desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual em 7,26 pontos percentuais e à média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região em 5,47 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

| Processos solucionados | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------------|-------------|
| Tipo de solução | | 2014 | | 2015 | | 2016 (até 31.01) | |
| | | QTD | % | QTD | % | QTD | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 405 | 29,24 | 469 | 28,81 | 96 | 25,88 |
| | Julgado procedente | 24 | 1,73 | 24 | 1,47 | 4 | 1,08 |
| | Julgado procedente em parte | 600 | 43,32 | 689 | 42,32 | 157 | 42,32 |
| | Julgado improcedente | 137 | 9,89 | 118 | 7,25 | 22 | 5,93 |
| | Extinto | 3 | 0,22 | 8 | 0,49 | 0 | 0 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | SUBTOTAL | 1.169 | 84,4 | 1.308 | 80,34 | 279 | 75,2 |
| Sem | Extinto | 33 | 2,38 | 66 | 4,05 | 11 | 2,96 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 160 | 11,55 | 221 | 13,57 | 67 | 18,06 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | | |
|-----------------|-----------------|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|-------------|
| exame de mérito | Desistência | 20 | 1,44 | 33 | 2,03 | 14 | 3,77 |
| | Outras decisões | 3 | 0,22 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | SUBTOTAL | 216 | 15,6 | 320 | 19,66 | 92 | 24,8 |
| TOTAL | | 1.385 | 100 | 1.628 | 100 | 371 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 243 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 17,55%. Esse desempenho se mostra superior à média em toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13% no número de processos solucionados, bem como superior à média apresentada por unidades similares, que observou um aumento médio de 13,51% no montante de processos solucionados no período, conforme especificações do quadro abaixo:

| Variação média processos solucionados | | | Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações) | | |
|---------------------------------------|-----------|-----------|--|-----------|-----------|
| | 2014-2015 | 2015-2016 | | 2014-2015 | 2015-2016 |
| Vara | 17,55% | -77,21% | Vara | 9,82% | -78,19% |
| Unidades similares* | 13,51% | -80,34% | Unidades similares* | 6,86% | -74,24% |
| 4ª Região | 8,13% | -77,83% | 4ª Região | 7,56% | -75,14% |

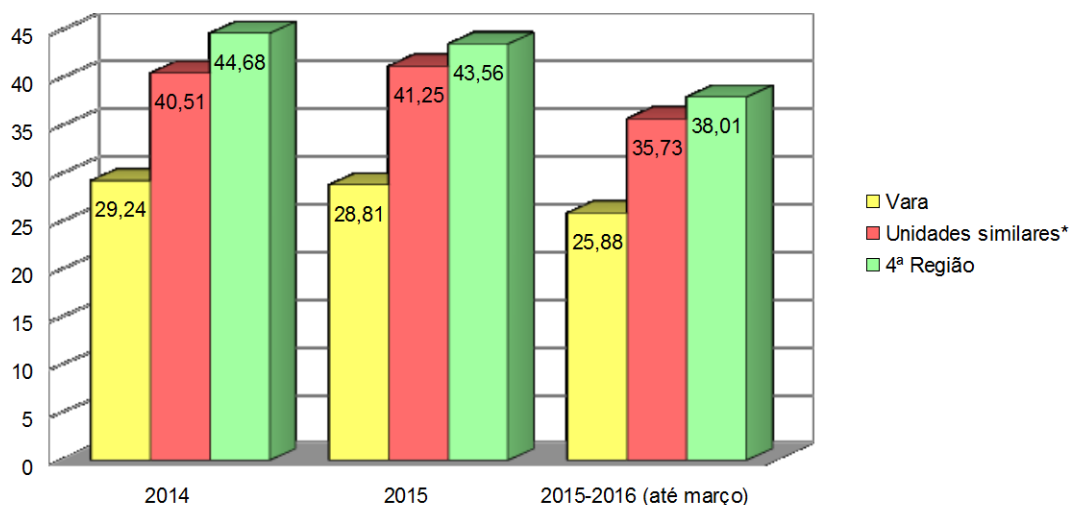
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 764 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 839 decisões, representando uma elevação de 9,82%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Da mesma forma, os números evidenciam uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 405, representando 29,24% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 469, correspondendo a 28,81% das soluções na fase de conhecimento – índice, no entanto, inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%. Por fim, constata-se que no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 25,88%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

| | Liquidações | | | | |
|------------------------------|-------------|------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Iniciadas | 504 | 649 | 28,77% | 118 | -81,82% |
| Encerradas | 559 | 573 | 2,50% | 117 | -79,58% |
| Pendentes | 234 | 280 | 19,66% | 265 | -5,36% |
| Em arquivo provisório | 7 | 5 | -28,57% | 5 | 0,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 234, em 2014, para 280, em 2015, importando em uma elevação de 19,66%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa elevação foi o incremento de 28,77% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

No primeiro trimestre de 2016, os números refletem uma redução no estoque de processos pendentes na fase de liquidação para 265 processos, o que representa uma queda de 5,36% no total de processos em liquidação.

Observa-se, ainda, que os números da tabela apresentam inconsistências, uma vez que o número das liquidações pendentes não



corresponde ao quantitativo de processos pendentes do período anterior acrescido das liquidações iniciadas e subtraído das liquidações encerradas. Tal distorção decorre, provavelmente, de erros na movimentação dos processos no sistema informatizado.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

| Liquidações encerradas em relação às iniciadas | | | | | |
|--|---------|--------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 110,91% | 88,29% | -20,40% | 99,15% | 12,30% |
| Unidades similares* | 89,91% | 88,77% | -1,27% | 80,52% | -9,29% |
| TRT4 - 1ª Instância | 88,03% | 88,43% | 0,46% | 81,81% | -7,49% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 88,29% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 20,40% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado, em termos percentuais, foi bastante similar à média apresentada pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, com variações inferiores a meio ponto percentual.

| Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 68,42% | 64,89% | -5,16% | 29,40% | -54,70% |
| Unidades similares* | 54,99% | 53,55% | -2,62% | 21,77% | -59,34% |
| TRT4 - 1ª Instância | 55,95% | 54,32% | -2,92% | 22,21% | -59,11% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 64,89% do número total de liquidações a encerrar – resultado 5,16% abaixo daquele verificado em 2014. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 11,34 pontos percentuais e à média geral do TRT em 10,57 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução



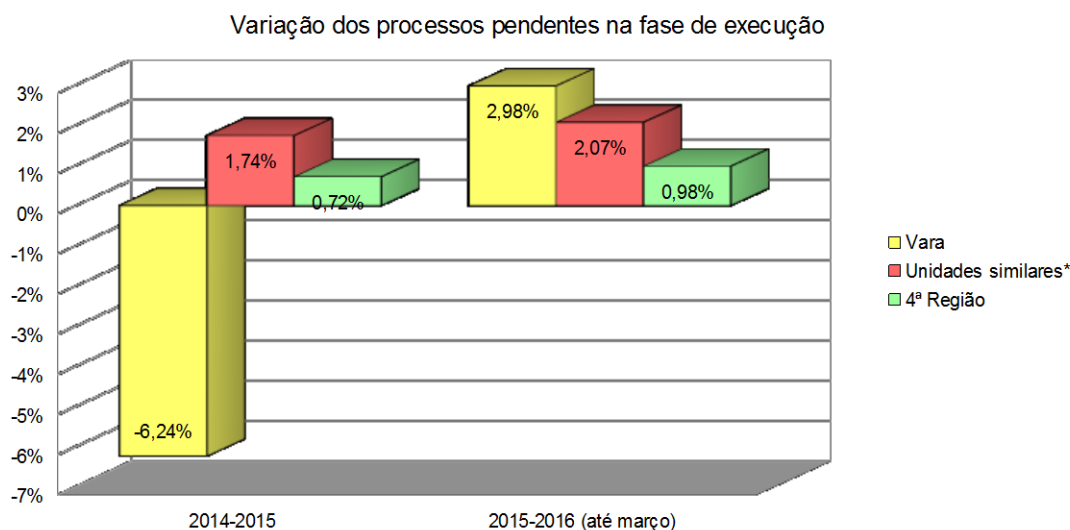
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
|------------------------------------|--|--------------|--------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| Entrada | Iniciadas | 638 | 644 | 0,94% | 141 | -78,11% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 986 | 304 | -69,17% | 4 | -98,68% |
| Saídas | Encerradas | 577 | 666 | 15,42% | 93 | -86,04% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 70 | 112 | 60,00% | 2 | -98,21% |
| Pendentes | Exclusivamente crédito previdenciário | 13 | 24 | 84,62% | 21 | -12,50% |
| | Demais | 1.061 | 983 | -7,35% | 1.016 | 3,36% |
| | Total | 1.074 | 1.007 | -6,24% | 1.037 | 2,98% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 1.009 | 798 | -20,91% | 795 | -0,38% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre diminuiu de 1.074 para 1.007 processos, o que corresponde a uma queda de 6,24% em relação ao ano anterior. Esse desempenho médio foi em direção oposta àquele apresentado pelas Unidades que compõem o TRT da 4ª Região, que registrou uma elevação média de 0,72% em seu acervo processual. Um dos principais fatores a contribuir para essa redução foi uma diminuição significativa na quantidade de processos desarquivados para prosseguimento, no percentual de 69,17%, associada a um aumento de 15,42% no número de execuções encerradas.

No primeiro trimestre de 2016, no entanto, os números apontam um aumento de 2,98% no estoque de processos pendentes na fase de execução, sinalizando uma reversão da tendência apresentada na comparação com o período anterior.





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

| Execuções encerradas em relação às iniciadas | | | | | |
|--|--------|---------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 90,44% | 103,42% | 14,35% | 65,96% | -36,22% |
| Unidades similares* | 92,88% | 78,62% | -15,36% | 63,13% | -19,70% |
| TRT4 - 1ª Instância | 95,90% | 80,03% | -16,54% | 67,51% | -15,64% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 103,42% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 14,35% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi 24,80 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 23,38 pontos percentuais maior que a média geral do TRT da 4ª Região.

| Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Porto Alegre - 14a Vara | 16,37% | 24,42% | 49,16% | 4,78% | -80,43% |
| Unidades similares* | 15,50% | 15,81% | 1,99% | 3,74% | -76,34% |
| TRT4 - 1ª Instância | 15,51% | 15,39% | -0,79% | 3,94% | -74,38% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 24,42% do número total de execuções a encerrar – resultado 49,16% acima do verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 8,61 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 9,04 pontos percentuais maior que a média geral do TRT da 4ª Região.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| BNDT | | | | | |
|---|------|------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| (B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT | 282 | 170 | -39,72% | 39 | -77,06% |
| (C) Processos com Exclusão de | 111 | 128 | 15,32% | 18 | -85,94% |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|---|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| Devedor no BNDT | | | | | |
| (D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT | 1.732 | 1.723 | -0,52% | 1.727 | 0,23% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 10.04.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **20 processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

| | |
|--|--|
| 1 | Processo nº 0000034-43.2013.5.04.0014 |
| Em 03/03/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Elton Fraga da Silva - M.E. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 2 | Processo nº 0000055-19.2013.5.04.0014 |
| Em 15/10/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada CNGS Financial Serviços Ltda. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 3 | Processo nº 0000150-49.2013.5.04.0014 |
| Em 11/09/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Abdiel de Medeiros Ltda. - M.E. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 4 | Processo nº 0000265-75.2010.5.04.0014 |
| Em 18/12/2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Teleméd Express Medicamentos Ltda. e Central de Fórmulas - Genéricos Pharma Ltda. permanecem inscritas no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 5 | Processo nº 0000343-98.2012.5.04.0014 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em 22/07/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Levino Augusto Borges Guimarães, Centro de Formação de Condutores Guimarães Ltda. e Centro de Habilitação de Condutores São Cistóvão Ltda. - M.E permanecem inscritas no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”.

6 **Processo nº 0000978-16.2011.5.04.0014**

Em 14/05/2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Gisele Crescencio da Rosa permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”.

7 **Processo nº 0001199-28.2013.5.04.0014**

Em 28/01/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada DHB Componentes Automotivos S.A. (Em Recuperação Judicial) permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”.

8 **Processo nº 0001364-46.2011.5.04.0014**

Em 17/04/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas RDR Melgareijo Serviços de Portaria Ltda., Eva Lima Melgareijo e Catia Marilia Melgareijo permanecem inscritas no BNDT, todas atualmente com a inscrição “sem garantia”.

9 **Processo nº 0001463-16.2011.5.04.0014**

Em 05/08/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, os executados Sergio Omar Ortiz da Silveira Portaria e Condomínio Edifício Hyde Park permanecem inscritos no BNDT, ambos atualmente com a inscrição “sem garantia”.

10 **Processo nº 0003900-98.2009.5.04.0014**

Em 04/11/2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Centro Infantil Mundo da Criança Ltda. e Jandira de Fátima Rosa dos Santos permanecem inscritas no BNDT, ambas atualmente com a inscrição “sem garantia”.

11 **Processo nº 0025100-64.2009.5.04.0014**

Em 4/6/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Escola de Educação Infantil Magia e Saber, Carmela Forte e Silvia Fuchs Rodrigues permanecem inscritas no BNDT, todas atualmente com a inscrição “sem garantia”.

12 **Processo nº 0066800-54.2008.5.04.0014**

Em 02/09/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Fundação Ruben Berta permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”.

13 **Processo nº 0081800-94.2008.5.04.0014**

Em 18/11/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Comércio Visão de Equipamentos Médicos Ltda., MGJR Comércio de Produtos Ópticos Ltda., João Carlos Nobre de Souza, Joaquim Garcez Moraes Junior, Carmen Lúcia da Silva, João Alberto Fagundes Flores, permanecem inscritas no BNDT, todas atualmente com a inscrição “sem garantia”.

14 **Processo nº 0092300-25.2008.5.04.0014**

Em 31/08/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Fonseca & Mule Comércio de Móveis e Serviços Ltda., Lenita Santos da Fonseca e Claudia Maria Mule permanecem inscritas no BNDT, todas atualmente com a inscrição “sem garantia”.



| | |
|--|--|
| 15 | Processo nº 0097200-56.2005.5.04.0014 |
| Em 29/4/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Brasteel Empreendimentos Imobiliários Ltda. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 16 | Processo nº 0114000-62.2005.5.04.0014 |
| Em 30/04/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Durapine Manufaturados de Madeira Ltda. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 17 | Processo nº 0138700-30.1990.5.04.0014 |
| Em 17/12/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, os executados Júlio Bogoricin Imóveis Extremo Sul Ltda. e Cláudio Bogoricin permanecem inscritos no BNDT, todos atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 18 | Processo nº 0141200-54.1999.5.04.0014 |
| Em 21/01/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Elvira de Paula Oliveira permanece inscrita no BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 19 | Processo nº 0157700-26.1984.5.04.0014 |
| Em 18/12/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Mocapel - Pav.Fundação e Constr.Ltda. (Atual Surita & Filho), Lifappel Telecomunicações, Eletricidade e Construções Ltda., Maria Licia Montalvão Appel, Zebina da Silva Montalvão, Darcy Falcão, João Batista Simões Santos, José Maria Appel e Marta Luiza Montalvão Appel permanecem inscritas no BNDT, todas atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |
| 20 | Processo nº 0168500-06.1990.5.04.0014 |
| Em 14/03/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, os executados Cleide Maria Cora Mottin, Clóvis Elichirigoity Guterres, Elisabete Severo Machado e José Cassio Soares Rodrigues permanecem inscritos no BNDT, todos atualmente com a inscrição “sem garantia”. | |

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Vice-Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

| | Incidentes processuais | | | | | | | | |
|------------------------|------------------------|----------|----------------|----------------|----------|----------------|-------------------|----------|----------------|
| | 2014 | | | 2015 | | | 2016 (até março.) | | |
| | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes |
| Embargos de declaração | 348 | 338 | 57 | 325 | 349 | 58 | 71 | 59 | 49 |
| Antecipações de tutela | 150 | 91 | 63 | 173 | 149 | 85 | 40 | 29 | 36 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Impugnações à sentença de liquidação | 94 | 74 | 38 | 85 | 79 | 41 | 17 | 25 | 32 |
| Embargos à execução | 169 | 167 | 85 | 237 | 222 | 101 | 49 | 60 | 89 |
| Embargos à arrematação | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Embargos à adjudicação | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Exceções de pré-executividade | 24 | 24 | 17 | 11 | 12 | 18 | 5 | 2 | 21 |
| Total | 788 | 697 | 260 | 831 | 811 | 303 | 183 | 175 | 228 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 831 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 5,46% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, que o número de incidentes processuais julgados apresentou incremento de 16,36% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 697 para 811. Ainda assim, houve aumento de 16,54% no número total de incidentes processuais pendentes de decisão, que passou de 260 para 303 processos, o que se atribui, sobretudo, a um significativo incremento de 40,24% no número de embargos à execução recebidos no ano de 2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 228 processos, saldo 24,75% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como nos exemplos que seguem:

| | |
|---|--|
| 1 | Processo nº 0094800-35.2006.5.04.0014 |
| Em 16/12/2014 foram opostos Embargos Declaratórios pela reclamada. Os embargos não foram conhecidos por inexistência de vício ou omissão mediante simples “decisão/despacho”, em 19/12/2014. No entanto, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão. | |
| 2 | Processo nº 0108500-30.1996.5.04.0014 |
| Em 09/01/2015 foi interposta impugnação à sentença de liquidação, que foi decidida mediante mera “decisão/despacho”, determinando a retificação dos cálculos pela secretaria. No entanto, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão. | |



| | |
|---|--|
| 3 | Processo nº 0108500-30.1996.5.04.0014 |
| Em 10/11/2014 foi foram opostos Embargos à Execução/Penhora, os quais foram decididos mediante simples “decisão/despacho”. Sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão. | |
| 4 | Processo nº 0001188-33.2012.5.04.0014 |
| Em 29/10/2014 foi interposta Exceção de Pré-Executividade pela reclamada, que foi examinada mediante mera “decisão/despacho”, em 31/10/2014. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 03.05.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|--------------------|--------------------------------|---------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 88,11 | 207,14 | 135,10% | 139,35 | -32,72% |
| | Ordinário | 251,86 | 237,31 | -5,77% | 248,39 | 4,67% |
| | Total | 234,41 | 233,31 | -0,47% | 229,30 | -1,72% |

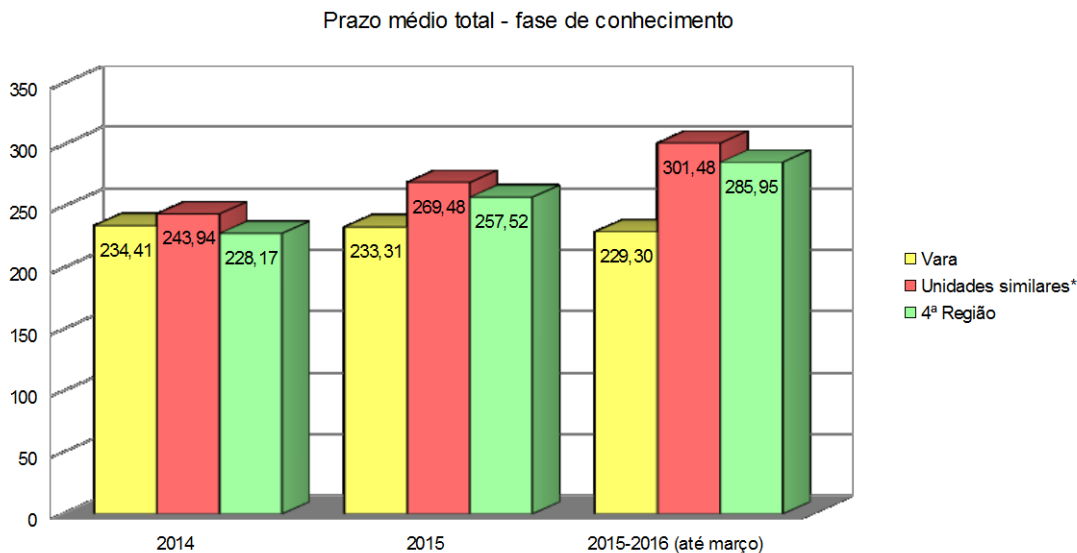
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma redução de 0,47%, mantendo-se, praticamente, estável (queda de 234,41 para 233,31 dias). No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 135,10% em relação à média do ano anterior, passando de 88,11 para 207,14 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 237,31 dias, prazo este 5,77% inferior aquele apresentado no ano de 2014.

Da mesma forma, identifica-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 13,42% inferior (36,17 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 9,4% inferior à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando a diferença verificada em relação ao ano de 2014.



Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 229,30 dias, resultado este 23,94% menor (72,18 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 19,81% menor (56,66 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|--------------|-------------------------|---------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março) | Variação 2015-2016 |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 177,82 | 89,59 | -49,62% | 133,15 | 48,61% |
| | Ordinário | 199,06 | 173,84 | -12,67% | 185,28 | 6,58% |
| | Total | 197,68 | 168,01 | -15,01% | 182,03 | 8,34% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

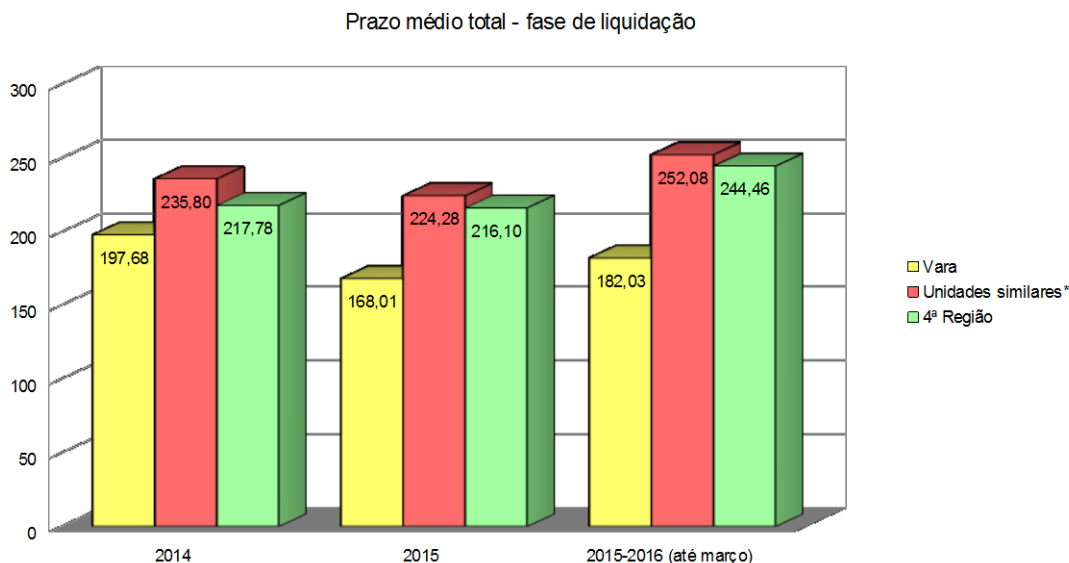
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 89,59 dias, apresentando uma queda de 49,62% em relação à média de prazo do ano anterior. No rito ordinário o prazo médio alcançou 173,84 dias, prazo este 12,67% inferior em comparação ao verificado em 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos até o final do mês de março, apontam uma tendência de elevação do prazo médio total entre o início e o encerramento da liquidação em cerca de 8,34 pontos percentuais.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 56,27 dias menor do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de



movimentação processual e 48,08 dias menor que o observado nas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados dos dois primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 27,79% inferior (70,06 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 25,54% menor (62,43 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---------------------------------------|--------------|-------------------------|---------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Do início ao encerramento da execução | Ente privado | 367,03 | 600,26 | 63,54% | 435,78 | -27,40% |
| | Ente público | 1.250,53 | 2.661,86 | 112,86% | 1.453,25 | -45,40% |
| | Total | 430,52 | 797,95 | 85,35% | 483,11 | -39,46% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 367,03 dias, em 2014, para 600,26 dias, em 2015. Porém, no primeiro trimestre de 2016, os dados parciais indicam uma tendência de recuo do prazo médio para 435,78 dias, prazo este 27,40% menor que o do período anterior.

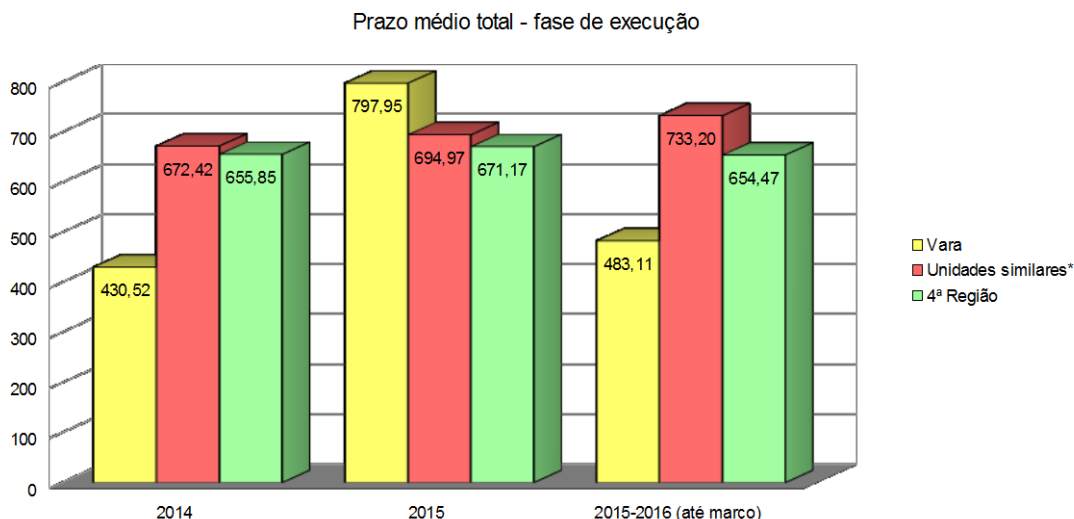
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.250,53 dias, em 2014, para



2.661,86 dias, em 2015, representando uma elevação de 112,86% na comparação com o ano anterior. No ano corrente, os dados refletem uma tendência de redução em 45,40% no prazo verificado, ficando este em 1.453,25 dias.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi a 14,82% superior (102,98 dias) ao das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 18,89% maior (126,78 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio da Unidade experimentou uma queda 39,46%. Tal prazo foi 34,11% menor (250,10 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 26,18% menor (619,81 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|-------------------|
| Distribuídos até 31.12.2015 | Solucionados até 31.12.2015 | % | Resultado |
| 1.728 | 1.628 | 94,21% | Meta não cumprida |

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| META 2/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------------|--|---|-----------|
| Processos não julgados até 31.12.2013 | Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015 | % | Resultado |
| | | | |



| | | | |
|-----|-----|--------|------------------|
| 731 | 721 | 98,63% | Meta já cumprida |
|-----|-----|--------|------------------|

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------|
| Casos novos de execução em 2015 | Execuções baixadas* em 2015 | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 643 | 856 | 133,13% | Meta cumprida |

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | | | |
|---|--|---------------------|---------------|
| Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos) | Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015 | Grau de cumprimento | Resultado |
| 9 | 9 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

| META 7/2015 CNJ | | | | | |
|--|---|--|-----------------------|-------------------|--|
| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo de processos tramitando em 31.12.2015 | Valor a ser alcançado | Resultado | |
| 1º Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 25 | 28 | 24 | Meta não cumprida | |
| 2º Estado do Rio Grande do Sul | 16 | 16 | 15 | Meta não cumprida | |
| 3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 15 | 1 | 14 | Meta cumprida | |
| 4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 7 | 2 | 6 | Meta cumprida | |
| 5º União | 14 | 6 | 13 | Meta cumprida | |
| 6º OI S.A. | 21 | 22 | 20 | Meta não cumprida | |
| 7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 14 | 1 | 13 | Meta cumprida | |
| 8º Caixa Econômica Federal - CEF | 9 | 11 | 8 | Meta não cumprida | |



| | | | | | |
|-----|-------------------------------------|----|----|----|-------------------|
| 9º | Banco do Brasil S.A. | 19 | 13 | 18 | Meta cumprida |
| 10º | Hospital Nossa Senhora da Conceição | 18 | 25 | 17 | Meta não cumprida |

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT’s que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------------------|--|-------------------|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 | Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015 | Resultado |
| 228,17 | 234,41 | 233,31 | 232,07 | Meta não cumprida |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|------|------|-----------------|------|----------------|---------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 | Meta para 2015 | Resultado |
| Total de acordos | 514 | 405 | 459,5 | 469 | 465 | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2016 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|---------------------------------------|
| Distribuídos até 31.03.2016 | Solucionados até 31.03.2016 | % | Resultado parcial (até março de 2016) |
| 420 | 371 | 88,33% | Meta ainda não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

| META 2/2016 CNJ | | | |
|---------------------------------------|---|--------|---|
| Processos não julgados até 31.12.2014 | Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e março de 2016 | % | Resultado parcial (até janeiro de 2016) |
| 935 | 889 | 95,08% | Meta já cumprida |



5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

| META 3/2016 CNJ | | | | | | |
|--------------------------------|-------|-------|-----------------|-------------------|----------------|---------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2016 (até março.) | Meta para 2016 | Resultado parcial (até janeiro) |
| Total de acordos | 514 | 405 | 459,5 | 96 | 469 | Meta ainda não cumprida |
| Média mensal de acordos | 42,83 | 33,75 | 38,29 | 32,00 | 39,08 | |

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2016 CNJ | | | |
|---------------------------------|---|---------------------|---------------------------------|
| Casos novos de execução em 2016 | Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01) | Grau de Cumprimento | Resultado parcial (até janeiro) |
| 141 | 128 | 90,78% | Meta ainda não cumprida |

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

| META 6/2016 CNJ | |
|--|---------------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução | Resultado parcial (até janeiro) |
| 1 | Meta ainda não cumprida |

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

| META 7/2016 CNJ | | | | | |
|-----------------|--|---|---------------------------|-----------------------|--------------------------|
| | Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015 | Acervo atual (31.03.2016) | Valor a ser alcançado | Resultado |
| 1º | Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 28 | 28 | 27 | Meta não cumprida |
| 2º | União | 6 | 5 | 5 | Meta cumprida |
| 3º | Estado do Rio Grande do Sul | 16 | 16 | 15 | Meta não cumprida |



| | | | | | |
|-----|---|----|----|----|-------------------|
| 4º | Caixa Econômica Federal - CEF | 11 | 14 | 10 | Meta não cumprida |
| 5º | Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 2 | 3 | 1 | Meta não cumprida |
| 6º | OI S.A. | 22 | 19 | 21 | Meta cumprida |
| 7º | Banco do Estado do Rio Grande do Sul | 25 | 22 | 24 | Meta cumprida |
| 8º | Claro S.A. | 17 | 19 | 16 | Meta não cumprida |
| 9º | Hospital Nossa Senhora da Conceição | 25 | 30 | 24 | Meta não cumprida |
| 10º | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos | 10 | 11 | 9 | Meta não cumprida |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã e à tarde. O Juiz Titular (J1) faz as pautas de terças e quintas e a Juíza Substituta (J2) das segundas e quartas. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|---------|-------------------------|--------|-------------------------|-------|
| Manhã | | 4 (I) 2 (U) 3 (P) | - | 4 (I) 2 (U) 3 (P) | - |
| Tarde | | 4 (I) 2 (U) 2 (P) | - | 4 (I) 2 (U) 2 (P) | - |

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências do Juiz Titular, Luzia Ribeiro Marques, em 24.05.2016)

| J2 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|-------------------|-------|-------------------|--------|-------|
| Manhã | 3 (I)* 4-5 (P) | | 3 (I)* 4-5 (P) | | |
| Tarde | 4 (P) | | 20 (I) 5(U) | | |

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências da Juíza Substituta, Thuanny Fallavena Machado, em 24.05.2016)

*Audiência inicial remarcada

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário



U – Audiências unas de rito sumaríssimo
P – Audiências de prosseguimento
CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

Destacou a secretária de audiências da Juíza Substituta que a composição da pauta é variável dentro de parâmetros semanais. Durante uma semana, são realizadas 20 audiências iniciais acrescentadas de 6 iniciais remarcadas, 4 ou 5 audiências unas e 12 a 14 audiências de prosseguimento.

6.2 PAUTAS LIVRES

| N bb | Última Data Marcada | | Próxima Data Livre | |
|------------------------|---------------------|------------|--------------------|-------------|
| | J1 | J2 | J1 | J2 |
| Inicial | 09.08.2016 | 22.06.2016 | 09.08.2016 | 22.06.2016 |
| Una Sumaríssimo | 04.08.2016 | 22.06.2016 | 04.08.2016 | 22.06.2016 |
| Instrução | 07.03.2017 | 08.03.2017 | 07.03.2017 | 08.03.2017* |

(Fonte: Informação das Secretárias de Audiências em 24.05.2016)

*Segundo informou a Secretária de Audiências da Juíza Substituta, ainda havia data disponível em 13.02.2017 para ser realizada audiência de prosseguimento em processo simples.

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

| Prazos médios (em dias) – Audiência inicial | | | | | | |
|--|--------------------|--------------|--------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até março.) | Variação 2015-2016 |
| Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência | Sumaríssimo | 52,58 | 68,02 | 29,38% | 88,68 | 30,36% |
| | Ordinário | 55,64 | 69,7 | 25,28% | 84,79 | 21,64% |
| | Total | 55,29 | 69,48 | 25,66% | 85,42 | 22,94% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu elevação de 52,58 dias, em 2014, para 68,02 dias, em 2015 (aumento de 29,38%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 55,64 dias, em 2014, para 69,7 dias, em 2015 (elevação de 25,28%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016 apontam nova elevação dos prazos no primeiro trimestre de 2016, totalizando o prazo médio de 88,68 dias no rito sumaríssimo e 84,79 no ordinário, com alta, respectivamente, de 30,36% e 21,64%.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis confirmam os prazos médios apontados pelo Sistema



e-Gestão quanto ao Juiz Titular (J1), em função do seu período de férias. Quanto ao Juiz Substituto (J2), cabe ressaltar que o prazo das audiências iniciais está em 30 dias, inferior, portanto, ao apontado pelo e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

| Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução | | | | | | |
|---|--------------|--------------|---------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até março.) | Varição 2015-2016 |
| Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução | Sumaríssimo | 28 | 25,71 | -8,18% | 54,61 | 112,38% |
| | Ordinário | 145,94 | 147,51 | 1,08% | 187,84 | 27,33% |
| | Total | 130,7 | 131,58 | 0,67% | 167,80 | 27,52% |

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 28 dias, em 2014, para 25,71 dias, em 2015 (queda de 8,18%). O rito ordinário registrou aumento da média de 145,94 dias, em 2014, para 147,51 dias, em 2015 (variação de 1,08%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apontam prazos médios maiores do que os apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz (a) | 2015 | | | | |
|----------------------------|--------------|------------|------------|-------------|--------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Daniel Souza De Nonohay | 626 | 311 | 136 | 10 | 1.083 |
| Sônia Maria Fraga Da Silva | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Sonia Maria Pozzer | 746 | 398 | 99 | 26 | 1.269 |
| TOTAL | 1.372 | 711 | 235 | 36 | 2.354 |

| Juiz (a) | 2016 (até 31.03) | | | | |
|------------------------------|------------------|------------|-----------|-------------|------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Daniel Souza de Nonohay | 180 | 100 | 45 | 1 | 326 |
| Sonia Maria Pozzer | 150 | 105 | 26 | 2 | 283 |
| Juiz não informado pela Vara | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| TOTAL | 330 | 206 | 71 | 3 | 610 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Juiz (a) | 2015 | | | | | |
|----------------------------|---------------------|------------|-----------------|--------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Daniela Meister Pereira | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Daniel Souza de Nonohay | 240 | 404 | 5 | 649 | 174 | 823 |
| Fernando Reichenbach | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Leandro Krebs Gonçalves | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Marcelo Bergmann Hentschke | - | 0 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| Sonia Maria Pozzer | 229 | 424 | 3 | 656 | 139 | 795 |
| Total | 469 | 831 | 8 | 1.308 | 320 | 1.628 |

| Juiz (a) | 2016 (até 31.03) | | | | | |
|-------------------------|---------------------|------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Daniel Souza de Nonohay | 61 | 102 | 0 | 163 | 54 | 217 |
| Sonia Maria Pozzer | 35 | 81 | 0 | 116 | 38 | 154 |
| Total | 96 | 183 | 0 | 279 | 92 | 371 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Juiz(a) | Tipo de Incidente | Quantidade |
|-------------------------------------|------------------------|--------------------------------|
| Juíza Substituta Sonia Maria Pozzer | Processos de cognição | 53 |
| Juíza Substituta Sonia Maria Pozzer | Embargos de Declaração | 0001152-54.2013.5.04.0014 (01) |
| Total: 54 processos | | |

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 23.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 01.04.2016)



7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia e os demais em 48 horas, ou menos, da determinação.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são remetidas uma vez por semana.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados de citação e penhora são cumpridos em 5 dias.

As Requisições de Pequeno Valor e os Precatórios são expedidos à medida em que determinados.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos em 48 horas.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 70 a 80 ao dia, computadas as de processo físico e de PJe.

No PJE, as petições são apreciadas em 3 ou 4 dias da data do protocolo.

Nos processos físicos, as petições são apreciadas em 48 horas.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação do prazo, tanto nos processos físicos como no PJe, é feita por quinzena. Na data da correição estavam sendo certificados os prazos da primeira quinzena do mês de maio.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de autos ao TRT é semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito uma vez por semana.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade não tem execuções reunidas.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem de bloqueio no BacenJud, se negativa.

A retirada do BNDT é feita após a expedição dos alvarás.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA



Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

| Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|----------------------------|------------|---|
| 0125400-68.2008.5.04.0014* | 18.07.2014 | 1ano |
| 0000461-74.2012.5.04.0014 | 31.01.2016 | 114 dias |
| 0000978-16.2011.5.04.0014 | 29.02.2016 | 85 dias |
| 0000898-81.2013.5.04.0014 | 29.02.2016 | 85 dias |
| 0000581-83.2013.5.04.0014 | 15.03.2016 | 70 dias |
| 0041100-42.2009.5.04.0014 | 18.03.2016 | 67 dias |
| 0097900-08.2000.5.04.0014 | 21.03.2016 | 64 dias |
| 0101800-52.2007.5.04.0014 | 31.03.2016 | 54 dias |
| 0007700-72.1988.5.04.0014 | 11.04.2016 | 43 dias |
| 0052700-07.2002.5.04.0014 | 18.04.2016 | 36 dias |
| 0000024-33.2012.5.04.0014 | 18.04.2016 | 36 dias |
| 0000252-42.2011.5.04.0014 | 18.04.2016 | 36 dias |
| 0001609-23.2012.5.04.0014 | 22.04.2016 | 32 dias |
| 0000543-08.2012.5.04.0014 | 25.04.2016 | 29 dias |
| 0121900-91.2008.5.04.0014 | 25.04.2016 | 29 dias |
| 0000705-66.2013.5.04.0014 | 28.04.2016 | 26 dias |
| 0000704-81.2013.5.04.0014 | 28.04.2016 | 26 dias |
| 0001286-81.2013.5.04.0014 | 29.04.2016 | 25 dias |
| 0000588-75.2013.5.04.0014 | 29.04.2016 | 25 dias |
| 0058800-46.2000.5.04.0014 | 06.05.2016 | 18 dias |
| 0000455-38.2010.5.04.0014 | 09.05.2016 | 15 dias |
| 0000769-13.2012.5.04.0014 | 11.05.2016 | 13 dias |
| 0115300-11.1995.5.04.0014 | 11.05.2016 | 13 dias |
| 0000262-86.2011.5.04.0014 | 12.05.2016 | 12 dias |
| 0001133-19.2011.5.04.0014 | 12.05.2016 | 12 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.05.2016)

*Processo extraviado pelo procurador do Rte. A última movimentação indica intimação das partes para apresentarem peças necessárias para a restauração dos autos

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, em diversos dos processos acima identificados, embora em carga com prazo vencido há mais



de 10 dias, houve empenho (despachos proferidos e expedição de notificações) por parte da Unidade Judiciária para a cobrança e devolução dos autos.

7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

| Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---------------------------|------------|---|
| 0000165-18.2013.5.04.0014 | 16.02.2016 | 98 dias |
| 0101100-08.2009.5.04.0014 | 22.02.2016 | 92 dias |
| 0001236-89.2012.5.04.0014 | 22.02.2016 | 92 dias |
| 0001281-93.2012.5.04.0014 | 30.03.2016 | 55 dias |
| 0000880-60.2013.5.04.0014 | 19.04.2016 | 35 dias |
| 0000475-92.2011.5.04.0014 | 22.04.2016 | 32 dias |
| 0000839-98.2010.5.04.0014 | 25.04.2016 | 29 dias |
| 0018600-79.2009.5.04.0014 | 25.04.2016 | 29 dias |
| 0000304-38.2011.5.04.0014 | 25.04.2016 | 29 dias |
| 0059500-75.2007.5.04.0014 | 29.04.2016 | 25 dias |
| 0117200-82.2002.5.04.0014 | 04.05.2016 | 20 dias |
| 0001113-91.2012.5.04.0014 | 09.05.2016 | 15 dias |
| 0000166-71.2011.5.04.0014 | 10.05.2016 | 14 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.05.2016)

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

No levantamento realizado junto ao sistema InFOR da Unidade correccionada, não foram encontrados mandados com prazo vencido há mais de 10 dias contados da data da inspeção correcional.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 23.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **264 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS



| | |
|---|--|
| 1 | Processo nº 0000241-76.2012.5.04.0014 |
| Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 417v) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR) Ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executado citado (fl. 560v) em 09.09.2015, sem a correspondente certidão quanto ao não pagamento do débito no prazo legal (Art. 111 da CPCR). Movimentação Processual: nada a apontar. | |
| 2 | Processo nº 0000077-77.2013.5.04.0014 |
| Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da reclamada das fls. 262-263. (Art. 101 da CPCR). Termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 274v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 280v - 281) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCR). Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 293v) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR) Movimentação Processual: nada a apontar. | |
| 3 | Processo nº 0001386-70.2012.5.04.0014 |
| Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: cartas de preposição, instrumentos de procuração e contratos sociais das reclamadas juntados fora da ordem estabelecida pelo artigo 67 da CPCR (fls. 31 -40). Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da 1ª reclamada das fls. 161 – 163. (Art. 101 da CPCR). Termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 215v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 218 - 219) que acompanham o recurso ordinário do 2º reclamado (Art. 101, parágrafo único, da CPCR). Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 237) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR) Movimentação Processual: nada a apontar. | |
| 4 | Processo nº 0000767-14.2010.5.04.0014 |
| Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição, instrumento de procuração e contrato social da reclamada juntados fora da ordem estabelecida pelo artigo 67 da CPCR (fls. 23 - 28). Ausência do termo de juntada: ausência dos termos de juntada quanto às petições da reclamada das fls.124 – 125 e fls. 145 – 146. (Art. 101 da CPCR). Ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executado citado por (fl. 151v) em 19.03.2012, sem a correspondente certidão quanto ao decurso do prazo. (Art. 111 da CPCR) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 250v faz menção apenas às folhas, não especificando a juntada de petição da reclamante acompanhada de documentos (fls. 251 - 272). (Art. 101, parágrafo único, da CPCR). Ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executado citado por mandado (fl. 276v) em 07.11.2014, sem a correspondente certidão quanto ao decurso do prazo. (Art. 111 da CPCR). Ausência de despacho ou certidão: notificação expedida (fls. 284) à reclamante para informar | |



endereço atualizado da 4ª reclamada, sem despacho anterior nesse sentido ou certidão “de ordem”. (Artigos. 96 e 130 da CPCR)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 20.05.2015 (fl. 292), determinando a renovação de mandado de citação. Após a expedição de citação por carta em 12.06.2015 (fl. 293), o cumprimento efetivo do despacho ocorreu, apenas, em 20.11.2015 (fl. 294).

5

Processo nº 0001287-66.2013.5.04.0014

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição, instrumento de procuração e contrato social das reclamadas juntados fora da ordem estabelecida pelo artigo 67 da CPCR (fls. 23 - 28).

Termo de juntada com informações incompletas: 1) termo de juntada lançado à fl. 161v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fl. 167 e verso) que acompanham o recurso ordinário da 1ª reclamada. 2) termo de juntada lançado à fl. 174v não menciona o comprovante de depósito recursal (fl. 177) que acompanha o recurso ordinário do 2º reclamado. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 204) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0000055-19.2013.5.04.0014

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição, instrumento de procuração e contrato social da reclamada juntados (fls. 75-83) fora da ordem estabelecida pelo artigo 67 da CPCR.

Ausência de assinatura na certidão de notificação da fl. 266. (Art. 168 do CPC de 1973).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo preclusivo em 18.07.2014 (fl. 313) para ciência do reclamada acerca dos cálculos de liquidação. (Art. 95 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompleta: **1)** termo de juntada lançado à fl. 377v não menciona o comprovante de depósito (fl.379) que acompanha a petição da reclamada. **2)** termo de juntada lançado à fl. 394v não menciona o comprovante de depósito fiscal (fl. 396) que acompanha a petição do perito. **3)** termo de juntada lançado à fl. 396v não menciona os comprovantes de recolhimento previdenciário (fls. 398 - 399) que acompanham a petição da reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

7

Processo nº 0000586-08.2013.5.04.0014

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração, substabelecimento e contrato social da reclamada juntados (fls. 16 - 19) fora da ordem estabelecida pelo artigo 67 da CPCR.

Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 178) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 17.09.2014 (fl. 188), determinando a designação de nova audiência inicial em razão de decisão proferida em grau recursal, com cumprimento correspondente em 23.10.2014 (fl. 189).

8

Processo nº 0001130-30.2012.5.04.0014



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória para penhora (fls. 127 - 128) distribuída em 25.07.2014. Após a expedição, não houve consulta à Vara deprecada acerca do andamento, apenas encaminhamento de ofício por iniciativa do Juízo, solicitando instruções para prosseguimento. (Art. 86, parágrafo único, da CPCR)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo preclusivo em 13.07.2015 (fl. 148) para manifestação do reclamante acerca do prosseguimento da execução. (Art. 95 da CPCR)

Ausência de lançamento no sistema informatizado: ausência de lançamento no sistema informatizado quanto ao andamento relativo à suspensão processual pelo período de um ano determinada “de ordem” na certidão da fl. 153. (Artigos 94 e 95 da CPCR)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 15.08.2013 (fl. 75), determinando a anotação da CTPS pela Secretaria, com cumprimento em 10.10.2013 (fl. 75v).

9

Processo nº 001045-44.2012.5.04.0014

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo de suspensão processual e decisão subsequente: suspensão processual determinada em audiência realizada em 28.05.2013 (ata – fl. 123) pelo prazo de 180 dias, com decisão subsequente (fl. 132) proferida em 17.03.2014, determinando a notificação do reclamante.

Demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 22.10.2015 (fl. 145) para reclamante apresentar documentos, com certidão de vencimento exarada, apenas, em 13.01.2016 (fl. 145v).

10

Processo nº 0001433-78.2011.5.04.0014

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição de substabelecimento do reclamante (fl. 71). (Art. 101 da CPCR).

Ausência de lançamento no sistema informatizado: ausência de lançamento no sistema informatizado dos andamentos de suspensão processual pelo prazo de noventa dias determinados de acordo com as certidões exaradas “de ordem” às fls. 92-93 em 13.10.2015 e 29.01.2016. (Artigos 94 e 95 da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 23.05.2016.

| Prática | Exemplos |
|-------------------------------------|---------------------------|
| Demora no impulso processual | 0129900-51.2006.5.04.0014 |
| | 0000160-98.2010.5.04.0014 |
| | 0001095-70.2012.5.04.0014 |
| CP devolvida à origem sem andamento | 0018600-31.1999.5.04.0014 |
| Registros Desatualizados | 0000721-54.2012.5.04.0014 |



| | |
|---|---------------------------|
| | 0000917-92.2010.5.04.0014 |
| | 0000957-69.2013.5.04.0014 |
| | 0000001-82.2015.5.04.0014 |
| | 0001118-79.2013.5.04.0014 |
| | 0001094-51.2013.5.04.0014 |
| Processo remetido a outra Unidade/ Órgão sem andamento | 0001148-17.2013.5.04.0014 |
| | 0000826-02.2010.5.04.0014 |
| Processo “devolvido ao arquivo” ao invés de “arquivar” * | 0000182-25.2011.5.04.0014 |
| | 0037600-22.1996.5.04.0014 |
| | 0109900-30.2006.5.04.0014 |

**Quando o processo é “desarquivado” ele retorna ao arquivo com o andamento de “arquivar”. Quando é “emprestado”, ele retorna como “devolução”.*

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, os Juízes liberam o depósito recursal em favor do credor quando da homologação da conta.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que os Juízes **determinavam** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, relativamente ao período anterior ao novo Código de Processo Civil. Agora, na vigência do novo Código de Processo Civil, primeiro é feito o BACEN e, após, a intimação do sócio.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em no dia 23.05.2016, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição em 23.05.2016 é a que segue:

| Agrupador | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
|--|------------------|-------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Processos com petições avulsas | | 32 | 20299-61.2016.5.04.0014 | 18.05.2016 |
| Com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado | | 2 | | |
| Com habilitações nos autos não lidas | - | 3 | | |
| Processos com petições não apreciadas | - | 74 | 20469-67.2015.5.04.0014 | 13.05.2016 |
| Mandados devolvidos pelo OJ | - | 37 | Todos devolvidos no mês de maio | |
| Pasta | Subpastas | | | |
| Aguardando cumprimento de providência | Conhecimento | 130 | Primeira quinzena de maio de 2016 | |
| Aguardando término de prazos | Conhecimento | 184 | Segunda quinzena de abril de 2016 | |
| Apreciar dependência | Conhecimento | 14 | 20657-26.2016.5.04.0014 | 11.05.2016 |
| Prazos vencidos | Conhecimento | 87 | | 11.05.2016 |
| Triagem inicial | Conhecimento | 10 | | 19.05.2016 |
| Aguardando cumprimento de providência- Liq | Liquidação | 22 | 20362-91.2013.5.04.0014 | 31.03.2016 |
| Aguardando término de prazos | Liquidação | 56 | Primeira quinzena de maio/16 | |
| Prazos vencidos | Liquidação | 56 | 21155-93.2014.5.04.0014 | Pendente desde 30.04.2016 |
| Aguardando cumprimento de providência | Execução | 95 | Segunda quinzena de maio de 2016 | |
| Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos | Execução | 9 | Segunda quinzena de junho de 2016 | |
| Iniciar execução | Execução | 20 | 20641-72.2016.5.04.0014 | 10.05.2016 |
| Prazos vencidos | Execução | 22 | 21397-52.2014.5.04.0014 | 07.05.2016 |



Em 23.05.2016 havia 2.183 processos tramitando na fase de conhecimento; 153 processos na fase de liquidação e 299 processos na fase de execução.

Segundo informou a Diretora de Secretaria, somente um servidor **não trabalha** no PJE e três servidores **só trabalham** no PJe. Os demais servidores trabalham tanto nos processos físicos como no PJe, sendo o trabalho dividido por tarefas e as pastas organizadas por quinzena.

O prazo é certificado após o vencimento da quinzena e, no dia da inspeção, estavam sendo certificados os prazos da primeira quinzena de maio. As petições protocoladas são analisadas pela Assistente da Diretora de Secretaria e a movimentação, no agrupador, demanda um ou dois dias.

Os processos eletrônicos são enviados para “triagem inicial” pelo sistema, já designado o juiz (J1 ou J2). A triagem inicial é feita pelas Secretárias de Audiência, que fazem uma análise prévia da inicial, a marcação da data da audiência e a notificação das partes. O Juiz Titular determina seja emendada a inicial quando reconhece que ação se enquadra no procedimento sumaríssimo.

Segundo informado no momento da correição, o PJe não vincula o agrupador “processos com audiência não designada” à pasta “triagem inicial”, o que faz com que, muitas vezes, processos que ainda estão no agrupador não mais estejam na “triagem inicial”. Nesses casos, as Secretárias de Audiência têm que retirar os processos do agrupador manualmente.

Na fase de liquidação, um servidor faz a análise dos cálculos.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, as quais são divididas por prazo (quinzenal), possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A variação no acervo de processos da 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 sofreu pequeno acréscimo em relação ao ano anterior – 2,92%. Na fase de conhecimento, houve aumento de 17% no número de processos solucionados e redução no número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido. O índice de acordo permaneceu reduzido. A quantidade de processos em execução diminuiu.

São feitas rotineiramente audiências de conciliação na fase de execução, tanto a pedido das partes como quando constatada, pela Secretaria,



possibilidade de haver acordo. São feitas, inclusive, na fase de liquidação. A Diretora sugeriu que o JACEP concentrasse as execuções das grandes empresas - que se arrastam há anos e que estão com reclusões diluídas em todas as Varas de Porto Alegre, como, por exemplo, a Têxtil Camburzano S.A. -, o que tornaria a execução mais efetiva, evitando que todas as unidades repetissem os mesmos procedimentos inúmeras vezes.

A movimentação de servidores na unidade é baixíssima, tanto no período correccionado como nos anteriores. O quadro de servidores se mantém estável.

A organização do trabalho na unidade é feita por tarefa, tanto nos processos físicos como nos eletrônicos. Segundo a Diretora de Secretaria, somente um servidor não trabalha com Processo Judicial Eletrônico e três servidores trabalham exclusivamente com PJE. Os demais servidores trabalham concomitantemente nos dois sistemas.

A Diretora de Secretaria elogiou a atuação dos dois estagiários e solicitou permissão de acesso para ambos ao PJE.

A Juíza Substituta, Sônia Maria Pozzer, presente durante a inspeção, demonstrou compromisso com a sua atuação na Unidade. Tanto ela como o Juiz Titular, Daniel Souza de Nonohay, apresentaram resultados muito bons quanto à produtividade.

A Diretora de Secretaria, Clarissa Martins Soares, merece ser parabenizada pela excelente condução dos trabalhos de sua equipe, que se mostra muito comprometida.

Ao final, o Vice-Corregedor parabenizou a todos na Unidade pelo comprometimento e pelos resultados que têm sido obtidos nos últimos anos, os quais conferem à unidade perfil de excelência na execução de suas atividades e atendimento de partes e procuradores.

12 OUVIDORIA

Na Ouvidoria deste TRT consta apenas um expediente durante o ano de 2015 em relação à unidade - em que a parte questiona a publicação da decisão na internet - o qual foi devidamente respondido (Protocolo nº 3521/2015).

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não atendida a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu, como objetivo, a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)



Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta prevista para o ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido observado o cumprimento da meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação a totalidade dos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais no rito ordinário, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

14.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

c) regularize a situação dos processos listados no item 3.5.3.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos declaratórios apresentados pela reclamada no processo nº: 0094800-35.2006.5.04.0014;



- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à solução da impugnação à sentença de liquidação apresentada no processo nº 0108500-30.1996.5.04.0014;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à decisão dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0108500-30.1996.5.04.0014;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada no processo nº 0001188-33.2012.5.04.0014

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITENS 7.12.1 e 7.12.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) atente para a determinação de consulta, por meio eletrônico ou por telefone, à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR;
- c) atente para necessidade de lançamento no sistema informatizado das decisões e certidões relativas às determinações de suspensão processual, segundo dispõe o artigo 94, parágrafo único, da CPCR;
- d) observe a necessidade de certificar nos autos as datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, segundo dispõe o artigo 95 da CPCR;
- e) atente para o que dispõe o Art. 96 da CPCR quanto ao registro e certidão nos autos para evitar situações como a constatada no processo 0000767-14.2010.5.04.0014;



- f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- g) observe a necessidade prévia no que se refere à conferência e regularização formal do processo antes do envio à instância superior para julgamento de recurso, conforme previsão do artigo 106 da CPCR;
- h) observe o que dispõe o artigo 111 da CPCR para evitar situações como a constatada no processo n. 0000767-14.2010.5.04.0014;
- i) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada nos seguintes processos: 0000767-14.2010.5.04.0014 e 001045-44.2012.5.04.0014.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **264 processos** parados, entre os quais estão incluídos processos em situação regular, que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria. Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto, deverá:

- a) atentar para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme dispõe o art. 190 do CPC
- b) dar andamento à Carta Precatória de nº 0018600-31.1999.5.04.0014, dentre outras que se encontrem na mesma situação;
- c) dar andamento aos processos remetidos à outras Unidade/Orgão, como os de nº 0001148-17.2013.5.04.0014 e 0000826-02.2010.5.04.0014, dentre outros que se encontrem na mesma situação;
- d) atualizar os registros dos processos de números: 0000721-54.2012.5.04.0014; 0000917-92.2010.5.04.0014; 0000957-69.2013.5.04.001 ; 0000001-82.2015.5.04.0014; 0001118-79.2013.5.04.0014; 0001094-51.2013.5.04.0014.

14.2 MAGISTRADOS



ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que a Juíza Substituta Sonia Maria Pozzer profira, em 60 dias, as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado por essa Vice-Corregedoria, mediante expediente próprio.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A **Diretora de Secretaria** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

A Juíza Substituta, Sonia Maria Pozzer, deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Sonia Maria Pozzer, com a Diretora de Secretaria Clarissa Martins Soares e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa unidade. Ninguém compareceu.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Sonia Maria Pozzer, pela Diretora de Secretaria Clarissa Martins Soares e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Vice-Corregedor Regional